



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação Física
Licenciatura em Educação Física

AUGUSTO JEAN EMMANUEL LOPES DOS SANTOS BRASIL

**Análise da Base Nacional Comum Curricular da Educação Física: uma revisão
bibliográfica.**

Brasília-DF, 2022

AUGUSTO JEAN EMMANUEL LOPES DOS SANTOS BRASIL

Análise da Base Nacional Comum Curricular da Educação Física: uma revisão bibliográfica.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Licenciatura em Educação Física, da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. O Dr. Edson Marcelo Húngaro

Brasília-DF, 2022

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	7
2.1. EDUCAÇÃO FÍSICA COMO ÁREA DE LINGUAGEM	7
3. CONTEÚDOS	11
4. LEGISLAÇÃO	14
4.1. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR	16
5. METODOLOGIA	22
6. ANÁLISE DE RESULTADO E DISCUSSÕES	26
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	33

RESUMO

Este trabalho teve como intuito discorrer acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quanto ao componente curricular educação física, descrevendo suas características como área de linguagem, identificando mudanças em comparação a outras legislações e analisando melhorias quanto à sua aplicação. A partir da inserção da BNCC do ensino médio em 2018, questionou-se, quais as conjunturas para a construção da BNCC da educação física no nível básico de educação. A partir de uma pesquisa de abordagem qualitativa com estudo bibliográfico e análise documental, propôs-se que o documento na parte da educação física não expressa o acúmulo de debates na área. A partir de uma análise crítica com referencial teórico de Coletivo de Autores e Marcos Garcia Neira, a pesquisa revela contradições quanto a interpretação das concepções enfatizando o desenvolvimento de habilidades em detrimento do foco central ser a efetivação de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. A conclusão da pesquisa mostra que a BNCC desprestigia a educação física, limitando os debates e discussões acerca da concepção crítico-cultural de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Educação Física - Movimento Renovador - BNCC

1. INTRODUÇÃO

Com a finalização da BNCC do ensino médio, a base torna-se completa em suas 3 etapas, dessa forma, faz-se necessário uma reflexão acerca da inserção da educação física na base e o seu real papel na formação integral do aluno.

Além disso, a BNCC é um referencial almejado desde a Constituição Federal em seu artigo 210, o qual se refere aos conteúdos mínimos, ainda mais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional faz várias menções a base, além dos Parâmetros Curriculares Nacionais o qual se caracteriza por ser um documento orientador e não obrigatório.

Constata-se que a construção da BNCC foi realizada em um contexto histórico da sociedade brasileira, nesse âmbito, questiona-se, quais são as conjunturas para a construção da BNCC da educação física para o nível básico.

Visto que, a educação física escolar atravessou diversos contextos políticos e sociais no qual houveram uma série de conflitos de ideias, objetivos e com diversas concepções e abordagens teóricas. Com isso, o objetivo geral é averiguar até que ponto essa Base expressa os acúmulos dos debates referentes às abordagens pedagógicas da educação física.

Em decorrência do objetivo geral supracitado, estabelece-se os seguintes objetivos específicos: Descrever as características da educação física escolar, identificar nas legislações os conteúdos e propostas da educação física escolar e analisar a BNCC da educação física.

Deduz-se que a educação física passou por diversas mudanças desde a sua inserção na escola, e sua colocação dentro dos documentos legais aparenta não ter sido feita de maneira satisfatória em virtude da falta de diálogo dos ramos educacionais no que tange às políticas de estado e pedagógicas.

Para tanto, realiza-se uma revisão bibliográfica e documental para a elaboração deste trabalho com uma pesquisa básica estratégica de maneira descritiva e abordagem qualitativa utilizando-se do método hipotético-dedutivo.

No primeiro capítulo realiza-se uma pesquisa bibliográfica acerca da origem do termo linguagem no que tange a área do conhecimento disposto na BNCC, coleta-se informações sobre como se deu essa inserção a partir do entendimento da cultura corporal como uma forma de expressão (linguagem corporal).

A partir disso, busca-se entender os conteúdos da educação física escolar a partir de autores como Libâneo e Coletivo de Autores, além dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN'S), com as seis unidades temáticas da educação física que trazem um entendimento atual sobre o que significa esse componente curricular no dias atuais.

Nesse contexto, utiliza-se as outras legislações que tratam sobre a temática com a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Diretrizes Curriculares Nacionais, e o os PCN'S, além de referenciar A Reforma Couto Ferraz e a Reforma Leôncio de Carvalho, importantes documentos que trazem início a educação física escolar de maneira oficial.

Ainda mais, no terceiro capítulo, conceitua-se a BNCC na etapa do ensino médio sobre como está inserida a educação física nesse importante documento obrigatório para as escolas públicas e privadas do Brasil, além de contextualizar a educação física escolar no contexto do novo ensino médio.

Ao final conclui-se que, os objetivos foram atendidos, visto que, averiguou-se que os debates propostos para a homologação da BNCC não foram atendidas de maneira satisfatória, e a hipótese constatada é de que falta desenvolver diálogos e debates com professores e agentes educacionais de maneira mais efetiva para a resolução de propostas e documentos visando ao desenvolvimento da educação em âmbito nacional.

Indica-se como resposta ao problema dessa falta de diálogo a proposição de discussões permanentes em prol de ajustes necessários para uma melhor concretização da BNCC de forma que esse documento possa ser posto em prática da melhor forma possível.

2. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

2.1. EDUCAÇÃO FÍSICA COMO ÁREA DE LINGUAGEM

Definir a educação física escolar como área de linguagem requer conceituar o que é linguagem, segundo Hjelmslev (2006, p. 1) “O desenvolvimento da linguagem está tão inextricavelmente ligado ao da personalidade de cada indivíduo, da terra, da nação, da humanidade, da própria vida, que é possível indagar-se se ela não passa de um simples reflexo ou se ela não é tudo isso: a própria fonte do desenvolvimento dessas coisas”.

Para tal fim, é necessário que se tenha uma linguagem característica e individualizada como forma de signos que deverão ser utilizados por um grupo de pessoas e que traduza os interesses da sociedade. Assim como em outras áreas, a educação física também possui comunicação própria e para que seja compreendida, nesse sentido, a linguagem cultural correspondente, é o corpo.

“Nessa perspectiva da reflexão da cultura corporal, a expressão corporal é uma linguagem, um conhecimento universal, patrimônio da humanidade que igualmente precisa ser transmitido e assimilado pelos alunos na escola.” (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p. 29)

A partir do coletivo de autores, na década de 80, a educação física pôde ser inserida no âmbito das abordagens críticas com referência de Libâneo e Saviani como expoentes dessa nova forma de se conceber a educação brasileira.

A educação física, dessa forma, busca superar conceituações biológicas e meramente higienistas, militaristas e tecnicistas com ênfase puramente na prática e na recuperação da força de trabalho dos indivíduos, com atividades padronizadas visando à disciplina e a utilidade para tarefas.

Essa forma arcaica e tecnicista de se ver a educação física foi questionada por pensadores na década de 80 que tinham a intenção de aproximar a educação física escolar a uma abordagem crítica

“A Educação Física é uma disciplina que trata, pedagogicamente na escola, do conhecimento de uma área aqui denominada de cultura corporal. Ela será configurada com temas ou formas de atividades, particularmente corporais [...]: jogo, esporte, ginástica, dança ou

outras, que constituirão seu conteúdo. O estudo desse conhecimento visa apreender a expressão corporal como linguagem (SOARES et al., 1992, p. 61).”

Estes pensadores da década de 1980, defenderam uma EF comprometida com um elemento da cultura corporal que contribuísse para um projeto pedagógico de caráter emancipador, dessa forma, a educação física pôde refletir acerca de uma cultura própria, essa, corporal, buscando validar cada vez mais uma educação física escolar que pudesse vir de encontro com os interesses da sociedade.

O grande mérito desse período foi a reinterpretação da educação física com o esporte, buscando cada vez mais se emancipar identitariamente, com isso, o objetivo das aulas não mais seria o ensino do gesto técnico apenas, mas sim, ser ensinado atitudes que refletem melhor a sua realidade buscando uma autonomia dos estudantes com atitudes críticas.

Dessa forma, o ensino auxiliaria na transformação social compreendendo o corpo além das ciências biológicas, mas também como objeto do estudo histórico, sociológico, antropológico, pedagógico e artístico.

”podem ser identificadas como formas de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas.” (COLETIVO DE AUTORES, 2012, p. 26).

Então, a BNCC baseada em consultas públicas, conferências e debates definiu a educação física como componente curricular da área de linguagens, sendo assim definida, de acordo com a BNCC:

[...] possibilitar aos estudantes participar de práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas como também seus conhecimentos sobre essas linguagem, em continuidade às experiências vividas na educação infantil. (BRASIL. BNCC, 2017, p.61

Contudo, a BNCC não apresenta conteúdo teórico acerca do significado de linguagem, porém, Nunes apresenta linguagem como:

um sistema que possibilita a comunicação das nossas formas de perceber as coisas do mundo, o que implica a representação da realidade e por isso, produz sentido de modo limitado. Desse modo, a linguagem é a prática política e cultural de produção e negociação de significados. (NUNES, 2016, p.52)

Sobre a conceituação da educação física na área de linguagem, é um reforço para a organização da prática pedagógica da educação física, mais precisamente seu currículo, como define Neira (2014):

Práticas corporais [...] são os produtos da gestualidade sistematizada com características lúdicas, isto é, as brincadeiras, danças, lutas, esportes e ginásticas. Logo, fazem parte da cultura corporal desde as regras da amarelinha até o desenho tático do futebol, passando pelas técnicas do balé, a história do judô e os nomes dos aparelhos da ginástica. (NEIRA, 2014, p.16)

Dessa forma, a BNCC amplia o debate do embasamento teórico da educação física, abarcando elementos além do desenvolvimento da aptidão física, proporcionando uma maior contextualização dos conteúdos desenvolvidos com a realidade social

[...] componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidos por diversos grupos sociais no decorrer da história. (BRASIL. BNCC, 2017, p. 211)

Todavia, a BNCC, o qual se objetiva ampla e agregador, expõe uma definição inusitada quando cita o movimento corporal como elemento vital das práticas corporais da educação física, essa conceituação é um ponto de debate na área

NEIRA, 2018a, p.5) diz que: “o termo é uma herança da psicologia desenvolvimentista, o que desconsidera as contribuições dos estudos da cultura”

Logo, essa conceituação afasta objetivos de combater obstáculos da falta de igualdade, discriminação e outros problemas da sociedade quando traz de volta aspectos do currículo desenvolvimentista

“[...] na correspondência entre maturação biológica e níveis de desempenho cognitivo, socioafetivo, e motores, a vertente dispunha uma programação adequada de atividades motoras como forma de estímulo aos demais domínios do comportamento” (NEIRA, 2016 p. 237)

Essas discrepâncias, em suma, evidenciam o debate teórico da área, e nesse sentido, a BNCC, elemento norteador das bases comuns, por se propor amplo, acaba por expor divergências de pensamentos sobre como tratar do currículo da educação física.

Nesse âmbito, a base articula a educação física a área de linguagens propondo que:

“A vivência da prática é uma forma de gerar um tipo de conhecimento muito particular e insubstituível e, para que ela seja significativa, é preciso problematizar, desnaturalizar e evidenciar a multiplicidade de sentidos e significados que os grupos sociais conferem às diferentes manifestações da cultura corporal de movimento. Logo, as práticas corporais são textos culturais passíveis de leitura e produção.” (BRASIL, 2017. p, 214)

Além disso, a educação, o qual se propõe interdisciplinar, mostra-se em desarmonia, dado a diferença de páginas referente à língua portuguesa (125) e à educação física (27), essa diferença acentua a supremacia de determinadas áreas sobre as outras.

3. CONTEÚDOS

Inicialmente, é preciso trazer o conceito do termo conteúdo: constituem uma forma de organização dos saberes, sistematizada e que estimule a assimilação e a socialização para que o educando possa atingir um desenvolvimento integral. Didaticamente são divididos por: atitudinais, conceituais e procedimentais.

Dessa forma, o conceito de conteúdo engloba as perguntas "como se deve ser?" (dimensão atitudinal) "o que se deve saber fazer?" (dimensão procedimental), e "o que se deve saber?" (dimensão conceitual). Todas essas perguntas devem nortear o processo de ensino aprendizagem através dos conteúdos: regras, competências, atitudes, valores, entre outros (BRASIL, 1998)

Para tanto, os conteúdos não são temas fixos, eles estão inseridos em contextos dentro da necessidade de cada período histórico. No Brasil, a principal influência no primeiro período histórico da educação física, é a higienista, período marcado por conteúdos pautados na higiene, isso por conta dos altos índices de doença e mortalidade que existiam na época por conta da miséria. Essa tendência tinha como objetivo uma educação física pautada por princípios fisiológicos visando uma harmonia corpórea.

Junto a essa tendência, o militarismo crescia com influência da missão militar francesa, que visava exaltar o nacionalismo e buscava disciplinar a população, sobre os conteúdos, os métodos procedimentais eram os mais utilizados com os métodos ginásticos para "domar o corpo" além disso, de maneira oculta, há utilização de métodos atitudinais de obediência e submissão (SOARES, 2012).

Dentro de uma didática pedagogista ainda há também a educação física como elemento privilegiado do aspecto lúdico, pois, com o brincar e jogar os educandos ao mesmo tempo se desenvolvem. Nessa tendência predominantemente educativa, aspectos da habilidade motora são enfatizados. (Tani et al., 1988, p.137) diz que "os conhecimentos de desenvolvimento motor têm implicações profundas na determinação do conteúdo a ser ensinado".

Há também tendências com ênfase nas habilidades técnicas, essas podem ser divididas em: básica ou específicas. As habilidades básicas podem ser classificadas em habilidades motoras por exemplo: correr, saltar, andar em linha reta ou em ziguezague), manipulativas por exemplo: chutar, lançar, receber e de estabilização por exemplo: pendurar-se, flexionar, agachar). Já as habilidades

específicas, estas são influenciadas pelos esportes do contexto do planejamento pedagógico do professor, podem ser relacionados a esportes tradicionais como: futebol, vôlei, basquete e handebol e diferenciados como: a dança, atividades rítmicas e expressivas.

Essa tendência de cunho exclusivista, favorece os mais habilidosos e afasta grande parte dos estudantes da prática da educação física. Por conta do uso excessivo dessa metodologia, as aulas de educação física foram associadas exclusivamente ao esporte, sendo chamadas inclusive de esporte na escola, provocando um sentido subordinante do esporte na educação física escolar. SOARES (2012) explica que, a educação física escolar faz parte da formação integral do educando, por isso não deve se ater a conteúdos esportivos de maneira exclusiva.

Assim como outras temáticas para as aulas como: O jogo, a dança, as lutas e a ginástica, o esporte na sua maneira tradicional também pode ser utilizado dentro da cultura corporal, “Se aceitarmos o esporte como fenômeno social tema da cultura corporal, precisamos questionar suas normas, suas condições de adaptação à realidade social e cultural da comunidade que o pratica, cria e recria” (SOARES, 2012, p.70). Com esse objetivo, seria necessário a interpretação e contextualização do ambiente de forma que pudesse incluir a todos os alunos.

No âmbito da educação física, a dimensão procedimental é a principal forma de execução de atividade de maneira tradicional e esportivista, mas não deve ser a única, é preciso estimular conteúdos que visem a utilização das 3 dimensões (atitudinal, conceitual e procedimental) em conjunto para que o educando possa desenvolver-se na sua integralidade.

Para esse objetivo, é necessário que os docentes se apropriem das dimensões conceituais visando à autonomia do educando no processo de formação, e esta autonomia só se dá pelo entendimento de saberes da cultura corporal de movimento.

BNCC, 2017, p. 213 diz que: nas aulas, as práticas corporais devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório.

Entende-se então, que a base busca explorar a autonomia e enriquecimento da cultura corporal a partir das diversas formas de expressão e vivência o qual o aluno pode apropriar-se, essas organizadas por unidades temáticas.

As seis unidades temáticas na BNCC estão dispostas como brincadeiras e jogos, danças, lutas, ginásticas, práticas corporais de aventura e esportes. A base destaca a ludicidade como elemento presente em todas as práticas corporais, dessa forma, os estudantes se apropriam de códigos, habilidades e significações inerentes de cada modalidade, dessa maneira há o privilégio de oito dimensões do conhecimento.

As oito dimensões são: a experimentação, o uso e apropriação, a fruição, reflexão sobre a ação, construção de valores, análise, compreensão e o protagonismo comunitário, cada uma com sua significação e abordagem própria com sua relevância significativa.

Considerando as características dos conhecimentos e das experiências próprias da Educação Física, é importante que cada dimensão seja sempre abordada de modo integrado com as outras, levando-se em conta sua natureza vivencial, experiencial e subjetiva. Assim, não é possível operar como se as dimensões pudessem ser tratadas de forma isolada ou sobreposta. (BRASIL, 2017, p. 222)

Constata-se que a falta de organização entre as unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades é um destaque negativo, visto que a sua desarticulação pressupõe uma educação física com viés utilitarista e desenvolvimentista.

4. LEGISLAÇÃO

Para que a educação física possa atingir seus objetivos de socializar e transmitir os conhecimentos da cultura corporal a educação deve ser de livre acesso e gratuito (DARIDO e RANGEL, 2005). Mediante isso, A Reforma Couto Ferraz deu início a inserção da Educação Física nas escolas brasileiras, em 1851 com a lei nº 630 que regulamentou e conferiu a obrigatoriedade da ginástica nas escolas.

Conseqüentemente, por meio do Projeto 224 — Reforma Leôncio de Carvalho, Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, da Instrução Pública — apoiou, a ainda ginástica nas escolas, e a equiparação dos professores de educação física aos das outras disciplinas.

Nesse parecer foi dada a importância de se ter um corpo saudável para sustentar a atividade intelectual e através de Rui Barbosa, em 1882, houve uma reforma que recomendou que a ginástica fosse componente curricular obrigatória. Porém, apenas em 1920 que os estados da Bahia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo incluíram a Educação Física em suas reformas educacionais (BETTI, 1991).

No período subsequente, a educação física passou por mudanças em decorrência do período de ditadura militar, a pedagogia aplicada foi com viés excessivamente corpóreo através das tendências higienista e militarista. A Educação Física escolar, a partir da homologação da lei nº 9.394/96 (lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), passou a ser considerada um componente curricular obrigatório da Educação Básica e facultativo em alguns casos no noturno, devendo esta ser integrada à proposta pedagógica da escola.” (BRASIL, 1996)

Com esta alteração, percebe-se a mudança quanto à visão atrelada historicamente à educação física, antes vista como instrumento de preparação do trabalhador, sem nenhum comprometimento formativo educacional. Porém, estas alterações não garantiram mudanças essenciais como a presença de profissionais com formação especializada nas diferentes etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio).

A inclusão da Educação Física entre as áreas do conhecimento de caráter obrigatório (LDB 9394/96), fez com que a ideia de fazer por fazer, ou de sem conhecimento a ser oferecido ao aluno (destituída de um saber próprio), fosse

vencida diante a legislação, cabendo à Educação Física reconhecer o seu objeto de estudo e conhecimento, constituindo a base dela.

Após a promulgação da LDBEN nº 9394/96 houve a elaboração dos parâmetros curriculares nacionais (PCN 'S) pelo ministério da educação (MEC) em 1998, que tinha como objetivo a orientação de novos currículos no ensino infantil, fundamental e médio. Os grandes objetivos dos PCN'S para a educação física são o desenvolvimento da saúde, aptidão física e consciência corporal, por meio de vivências que problematiza criticamente os conteúdos: jogos, esportes, lutas e ginástica, conhecimento sobre o corpo, e atividades rítmicas e expressivas.

Essa nova proposta adequa-se mais aos objetivos da educação física de cultura corporal de movimento, que ainda buscava seu espaço epistemológico, essas ideias colaboraram para um novo entendimento da educação física visando o aprimoramento do ser-humano como um ser completo e com necessidades de lazer, de ter esportes e espaços para atividades lúdicas (BRASIL, 2001).

Mas, ainda era necessário um documento atualizado com que pudesse definir com clareza e de maneira obrigatória as bases nacionais comuns curriculares para o país. A base nacional comum curricular (BNCC) foi o documento sintetizador dos interesses da cultura corporal de movimento na educação física, aprovada em 2007 para a educação infantil e ensino fundamental, alicerça e norteia os fundamentos curriculares da educação física no âmbito escolar.

É importante destacar que os PCN'S continuam em vigor mesmo após a criação da BNCC, elas irão atuar de maneira integrada pois são flexíveis e devem ser adaptadas aos diferentes contextos e realidades educacionais em todo o Brasil com garantia de aprendizagem e qualidade respeitando as culturas (BRASIL, 2001).

4.1. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A base nacional comum curricular (BNCC) é um documento norteador que traz o compromisso do Estado brasileiro com uma educação de qualidade, com equidade, visando à redução das desigualdades. É um importante elemento agregador das novas políticas educacionais principalmente no que tange o respeito às diferenças e ao enfrentamento à discriminação e ao preconceito.

A BNCC foi desenvolvida preliminarmente, em 2015, como parte crucial no processo de desenvolvimento da educação no Brasil. A educação física faz parte de uma das áreas de conhecimento, as linguagens, junto da língua portuguesa, arte e a língua inglesa. Além das linguagens, há também: Ciências da Natureza (Ciências), Ciências Humanas (Geografia, História, Sociologia e Filosofia), Matemática, além do Ensino Religioso para o ensino fundamental.

Nesse sentido, a BNCC “é a base para a renovação e o aprimoramento da educação básica como um todo” (BRASIL. BNCC, 2017, p. 1). Ela não somente apresenta subsídios para orientar os currículos nos estados, municípios e escolas, mas pretende protagonizar mudanças para melhoria da educação nacional.

Há de se ter em conta, que alguns documentos como os PCN, de 1997 a 2000, e as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), de 2009 a 2011, já traziam organizações de currículos em âmbito nacional, mas se mostraram insuficientes. (RODRIGUES, 2016, p. 35) traz que “[...] não fornecem os elementos suficientes para a gestão e o controle da organização curricular dos objetivos e conteúdos escolares [...]”

O grande diferencial em relação às políticas educacionais antecedentes (Parâmetros Curriculares Nacionais, Diretrizes Curriculares Nacionais, referenciais curriculares dos estados e municípios) é que a BNCC revela uma forte preocupação com objetivos de aprendizagem a serem alcançados ao longo da educação básica.

Para tanto, essa forma específica de mensurar os objetivos de aprendizagem a nível nacional é uma forma de aprimoramento do controle sobre o trabalho pedagógico entre os estados da federação por meio das já bastante difundidas avaliações de larga escala, de forma que há de se ter “forte sentido estratégico nas ações de todos os educadores, bem como gestores de educação, do Brasil” (BRASIL. BNCC, 2017, p. 1).

A necessidade de adequação de uma base nacional comum curricular é objetivo antigo do governo brasileiro, porém, a alta rotatividade dos líderes administrativos fez com que os alunos da escola primária brasileira, assim como as de ensino médio e superior sofressem as consequências de não se ter uma política nacional.

No artigo 210º da Constituição Federal de 1988, já havia uma ideia de necessidade de uma concepção da BNCC para o estado brasileiro. “[...] Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais”

Já na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, destaca-se o artigo 26:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013.)

Em documento mais recente, O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, refere-se à BNCC na estratégia 7.1.

Estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014, p. 61).

A BNCC, tornada pública, em 2015, de maneira preliminar, pelo Ministério da Educação, não revogou as atuais diretrizes, mas propôs uma mudança nos rumos da formação continuada e dos materiais didáticos. Ela demonstra o empenho de

investimento na educação básica para proporcionar “formação pessoal, profissional e cidadã” (BRASIL, 2015, p. 1).

Além disso, definiu áreas de conhecimento como forma de organização do currículo com códigos alfanuméricos indicadores de cada habilidade específica. “É a base para a renovação e o aprimoramento da educação básica como um todo.” (BRASIL, 2015, p. 1).

A educação infantil pra BNCC diz que é o início e também o fundamento do processo educacional, é a base sólida e importante a partir do qual todo conhecimento será instituído, a função da escola, nesse âmbito, torna-se complementar a educação familiar, com foco especialmente nas aprendizagens sobre a socialização, autonomia e a comunicação, por isso, a união entre família e escola é essencial.

Propõe-se uma formatação de desenvolvimento abrangendo 10 (dez) competências básicas visando uma formação integral com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Além disso, possui como eixos estruturantes as interações e brincadeiras, sendo composta por seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: participar, explorar, conhecer-se, brincar, expressar-se e conviver. Esses eixos proporcionam:

[...] as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. (BRASIL. BNCC, 2017, p. 37).

Atento aos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, o documento também estabelece cinco campos de experiências: (O eu, outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores, e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação.

Ainda mais, na etapa do ensino fundamental, dividida por anos iniciais e anos finais, é organizada por cinco áreas do conhecimento: linguagens (língua

portuguesa, arte, educação física e língua inglesa) matemática, ciências humanas (geografia e história) ciências da natureza e ensino religioso.

As áreas de conhecimento favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares, mas permitem que os referenciais próprios de cada componente curricular sejam preservados (BRASIL. Parecer CNE/CEB n.11/2010, p.13).

Essa forma de sistematização está prevista na BNCC como forma de continuidade do ensino fundamental anos iniciais, em que as experiências são articuladas de maneira lúdica a partir das vivências dos alunos buscando uma experiência de aprendizagem ativa junto da interdisciplinaridade.

Destaca-se que nos anos iniciais do ensino fundamental, do 1º ao 5º ano, os componentes curriculares educação física e arte poderão estar a cargo do professor de referência da turma.

Ainda mais, com o propósito de desenvolver as competências específicas, cada componente curricular apresenta objetos de conhecimento organizados em unidades temáticas.

Dessa forma, a BNCC avança na ideia de acolher as vivências e os conhecimentos construídos pela criança, ou seja, os conhecimentos prévios o qual eles já possuem, por isso é importante o respeito à pluralidade cultural. Então o objetivo da instituição deve ser o de “ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens.” (BRASIL. BNCC, 2017, p. 36)

A Base Nacional Comum Curricular com aprendizagens previstas para a etapa do ensino médio foi a última parte a ser homologada, em 2018. Para tanto, quase quatro anos depois, algumas questões precisam ser melhor esclarecidas.

“A definição das competências e habilidades para o ensino médio articula-se às aprendizagens essenciais estabelecidas para o ensino fundamental, com o

objetivo de consolidar, aprofundar e ampliar a formação integral dos estudantes, atendendo às finalidades dessa etapa.” (BRASIL, 2018, p. 470)

Essa etapa consiste em continuidade ao proposto para a educação Infantil e o ensino fundamental, atentando-se aos princípios do desenvolvimento de competências e da educação integral, além disso, possui especificidades e características próprias que fazem com que seus componentes curriculares devam ser abarcados conforme as necessidades de seu público alvo.

Na BNCC, o ensino médio está organizado em quatro áreas do conhecimento, conforme determina a LDB: Linguagens e suas tecnologias, Matemática, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas;

Desse modo, português e matemática continuam como disciplinas obrigatórias, e os demais componentes do currículo do ensino médio serão divididos entre os conteúdos comuns e os específicos.

Toda essa nova dinâmica do novo ensino médio contribui para a inserção de jovens no mercado de trabalho com maior celeridade, porém, há críticas a esse novo proposto, de acordo com a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE,

“Com relação ao currículo, a reforma empobrece o ensino médio retirando (ou não) as disciplinas de artes, educação física, sociologia e filosofia, conforme se anunciou na solenidade governamental e que depois foi retratada não se sabe exatamente porquê. Propõe-se novamente a dicotomia entre formação geral humanística e a profissional, mas vai além, ao propor também a dicotomia entre a base comum nacional e as áreas de ênfases do conhecimento: linguagem, matemática, ciências humanas e naturais e ensino técnico profissional.” (CNTE, 2017, p. 1)

Todas essas medidas vêm em desencontro com a BNCC do ensino médio que caracteriza a juventude como:

condição sócio-histórico-cultural de uma categoria de sujeitos que necessita ser considerada em suas múltiplas dimensões com especificidades próprias que não estão restritas às dimensões biológica e etária, mas que se encontram articuladas com uma multiplicidade de atravessamentos sociais e culturais, produzindo múltiplas culturas juvenis ou muitas juventudes. (BRASIL, 2018, p. 463)

Logo, as contradições em torno dos reais objetivos dessa faixa etária contribuem para a alienação do jovem e prejudicam seu desenvolvimento crítico em torno das diversas disciplinas que compõem seu currículo, o qual prejudica seu desenvolvimento e evidencia o despreparo das políticas educacionais brasileiras.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio para a educação física foi realizada com a premissa de que seria construída com base em debates, porém, ao que tudo indica, não foi realizado uma discussão com os atores sociais que atuam dentro da sala de aula, logo, deve-se ampliar o debate em torno de temas controversos.

5. METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa teórica, de caráter bibliográfico que se sustenta na análise do levantamento bibliográfico e documental acerca da Educação Física na BNCC.

Inicialmente, buscou-se constituir uma base teórica sobre a evolução da Educação Física escolar, com a realização da leitura crítica e de fichamentos de obras fundamentais de autores relevantes estudiosos da temática.

Além disso, foi realizado um levantamento documental sobre as legislações vigentes e as interpretações institucionais, observadas no âmbito da Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases, nas Diretrizes Curriculares, nos Parâmetros Curriculares Nacionais e no Plano Nacional de Educação.

Tomando o debate crítico da EF escolar da década de 1980 como referência, por se tratar de um debate que elevou a compreensão do papel da EF na formação humana sistematizada pela escola, foi feita a análise da BNCC, tanto no que se refere a formação em geral como também na especificidade da EF, a fim de avaliar se este marco regulatório (a BNCC) se constitui num avanço em busca de uma formação humana crítica.

Obviamente, não se tratou de um estudo que tivesse a pretensão de esgotar a temática em questão, mas de lançar luz ao debate e contribuir com o processo de acúmulo teórico sobre a necessária avaliação da BNCC e seus impactos para a E.F. escolar.

Dessa forma, o presente trabalho visa apresentar uma contribuição para a ciência, gerando mais conhecimento por meio da análise de uma das hipóteses que eventualmente possa representar parte da solução do problema, caracterizando-se, portanto, como uma pesquisa básica.

O objetivo fundamental da investigação foi o de avaliar se a BNCC se constitui num avanço para o desenvolvimento de uma perspectiva crítica de EF Escolar, comprometida com uma forma humana cidadã, por meio do ensino da cultura corporal como forma de linguagem.

Nesse sentido, a primeira parte do texto foi composta por um texto descritivo o qual se enquadra na caracterização apresentada por Duarte e Furtado (2014, p. 26), quando sustentam que “a pesquisa descritiva restringe-se a constatar o que já existe”. Os acontecimentos são narrados, procura-se conhecer a natureza, as características, a composição e os processos que constituem o fenômeno”.

Entretanto, pelo tema ser excessivamente recente, demandou-se mais tempo e atenção visto que ainda não havia muitas informações completas no âmbito da ciência sobre a análises e avaliações referentes a sua aplicação prática em sala de aula.

Por isso, a pesquisa também tem cunho exploratório. Segundo Gil (2010, p. 27), "As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses".

Realmente, a segunda parte da pesquisa, referente à legislação, revela exatamente essa intenção, ou seja, explicitar melhor o problema, apresentando as nuances que permitissem um melhor entendimento da inserção da educação física na área da linguagem e principalmente como isso recai sobre a BNCC, por conseguinte, uma análise diante da teoria já sistematizada na primeira parte.

Além disso, a pesquisa foi desenvolvida a partir da hipótese de que não haviam muitas análises referente à nova etapa inserida recentemente na BNCC, possivelmente pelo pouco tempo desde sua inserção, além do período pandêmico em que as aulas foram paralisadas em diversos estados por um ano ou mais.

Marconi e Lakatos (2011, p. 73), quando explicam o método hipotético-dedutivo, ressaltam que "se a hipótese não supera os testes, estará falseada, refutada, e exige nova reformulação do problema e da hipótese, que, se superar os testes rigorosos, estará corroborada, confirmada provisoriamente."

Portanto, constata-se que o método utilizado foi o hipotético-dedutivo, tendo em vista que o estudo consistiu basicamente na coleta de dados que permitissem avaliar, ao final do trabalho, sua aplicação.

Ressalte-se, porém, que os dados foram colhidos sem o emprego de instrumentos de precisão matemática ou estatística e foram analisados de maneira crítica, segundo o esforço intelectual de análise do autor.

Por conseguinte, caracteriza-se por ser uma pesquisa de abordagem qualitativa, o que é corroborado pela lição de Marconi e Lakatos (2011, p. 269), quando afirmam que “o método qualitativo difere do quantitativo não só por não empregar instrumentos estatísticos, mas também pela forma de coleta e análise dos dados.”

Para a pesquisa, utilizou-se a fonte Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, v. 6, e2118101, p. 1-38, 2021. Com 9 (nove) teses e dissertações acerca da produção de conhecimento sobre a Base Nacional Comum Curricular na área de educação física.

ALMEIDA, Deberson Ferreira de. Base Nacional Comum Curricular: concepção do componente Educação Física para o Ensino Fundamental. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.
CAZUMBÁ, Elson Correia. Fundamentos teóricos metodológicos da Educação Física presentes na BNCC do Ensino Médio. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018
DESTRO, Denise de Souza. Disputas políticas pela Educação Física escolar na Base Nacional Comum Curricular. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019
FONSECA, Carlos Alberto. O lazer na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): uma análise documental. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
LIMA, Claube Camile Soares. Jogo, infância e Educação Física: conhecimento e especificidade. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Física Escolar) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.
LUZ, Júlio César Oliveira. O tema Saúde na Educação Física Escolar: tecitura histórica e proposições curriculares atuais. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.
PESSOA, Felipe de Marco. A Educação Física na construção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): avanços, limites e implicações políticas e pedagógicas. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018
PINHEIRO, Ellen Grace. A Educação Física Escolar na Base Nacional Comum Curricular: dinâmicas de um movimento em construção. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

TAHARA, Alexander Klein. Práticas corporais de aventura: construção coletiva de um material didático digital. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias). – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2017.

6. ANÁLISE DE RESULTADO E DISCUSSÕES

Durante a pesquisa acerca da educação física escolar, percebeu-se a relação entre a educação física escolar e a linguagem nos principais documentos legais da educação, essa forma de abordagem da área conceitua-se principalmente visando à sua inserção de maneira mais pedagógica, fugindo de tendências que até recentemente vigoravam de maneira hegemônica no ensino: higienistas, militaristas e tecnicistas.

Com isso, teoricamente, defendeu-se que os conteúdos ensinados na educação física escolar fossem modificados a fim de que a educação física fizesse parte de um projeto pedagógico comprometido com o ensino na sua integralidade, didaticamente divididos por: atitudinais, conceituais e procedimentais.

Nessa perspectiva, a educação física passou a ser compreendida como área fundamental para uma nova forma de pensar a educação, pois a linguagem corporal tem potencial articulador para reunir, nas aulas, os principais aspectos de desenvolvimento necessários ao educando.

É necessário destacar que elementos culturais e de conteúdo importantíssimos, tais como: o esporte, os exercícios visando habilidades motora e a técnica não foram descartados, apenas foram interpretados de uma forma que pudessem ser vistos como um meio de se atingir um fim (a formação humana integral).

Todo esse potencial de contribuição da EF para uma formação humana integral, no entanto, foi limitado pelas legislações impostas pelas políticas educacionais brasileiras que, de maneira desarticulada, impuseram severas restrições ao trabalho do professor, limitando suas ações e impedindo a mediação dos conhecimentos, tanto em relação ao conteúdo como, também, na promoção da justiça social.

Os PCN'S, principalmente, corroboraram para criação de currículos engessados que visavam, sobretudo, aos aspectos da saúde, aptidão física e

consciência corporal (por mais que o documento cite: jogos lutas e ginástica, atividades rítmicas e expressivas, ainda assim enfatizava o corpo em primazia).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em seus detalhamentos, trouxe uma aproximação aos objetivos críticos da educação e da EF. Construída pelo debate dos especialistas/estudiosos, trouxe elementos interessantes para se pensar as etapas da educação infantil e do ensino fundamental, com debates e análises, propondo um documento norteador de currículos de maneira mais democrática e abrangente.

Destaca-se a dificuldade em produzir um documento tão abrangente e com todas as suas especificidades, dado o fato de que há uma intensa luta por políticas diferentes, representativas de interesses distintos. Além disso, há a limitação trazida pela dimensão continental do território brasileiro e as desigualdades econômicas entre os Estados brasileiros. Sem falar das diferenças culturais das diversas regiões constituintes do Brasil.

A BNCC elaborada de maneira democrática é considerado um marco na história educacional brasileira visto que a democracia é bastante recente e um documento nessa complexidade pode ser considerado como um bom sinal de desenvolvimento das políticas educacionais.

Ao que parece, dentro da área de linguagens, o componente curricular português recebe muito mais ênfase que as demais linguagens: artes, língua inglesa e educação física; constatação essa que suscita questionamentos acerca do real diálogo e consulta com especialistas da educação física.

(CAZUMBÁ, 2018, p. 108) defende que a educação física na BNCC “encontra-se diluída na área de linguagem e suas tecnologias, de forma reduzida e insuficiente no nosso entendimento.”

Porém, a BNCC para o ensino médio em seu documento, afirma que,

A abordagem integrada da cultura corporal de movimento na área de Linguagens e suas Tecnologias aprofunda e amplia o trabalho

realizado no Ensino Fundamental, criando oportunidades para que os estudantes compreendam as inter-relações entre as representações e os saberes vinculados às práticas corporais, em diálogo constante com o patrimônio cultural e as diferentes esferas/campos de atividade humana. (BRASIL, 2018, p. 475)

Ao que tudo indica há uma clara contradição no texto da BNCC o qual diz que haverá uma ampliação e aprofundamento nos conhecimentos do ensino fundamental, dado o fato de que o texto do ensino médio a educação física encontra-se enxuta e pouco detalhada em torno dos seus objetivos.

Um ex conselheiro do conselho nacional de educação, César Callegari, em nota, afirmou que, “A proposta do MEC para o ensino médio não só destoa, mas contradiz em grande medida o que foi definido na BNCC das etapas educacionais anteriores e é radicalmente distinta do que vinha sendo cogitado nas versões primeiras.” (CALLEGARI, 2018, p. 2)

É necessário conteúdos vivos com bases científicas e de relevância social com significância à realidade em que ele está inserido, para isso, o professor deve ser um mediador no processo de ensino aprendizagem e relacionar os saberes de maneira didática para que ele possa se apropriar dos conhecimentos.

Oliveira (2017) defende que: Diante do cenário de disputa de projetos de educação, e a educação física sendo colocada como conhecimento secundário na formação dos indivíduos, urge lutarmos para que a educação física cumpra o seu papel de, na educação escolar, promover o desenvolvimento psíquico através da apropriação da cultura corporal de forma científica, intencional e superadora. (p. 71)

Para tanto, necessita-se de uma educação física que além de evidenciar a experiência individual do educando, possa também organizar conteúdos (saberes) historicamente acumulados e contextualizados de maneira que possa auxiliar o educando ao pensamento crítico e participante dos processos de

ensino-aprendizagem, fugindo de tendências pedagógicas que preconizam a transferência de conhecimento de maneira passiva e desestimulante.

Saviani (2018) diz que “[...] para se libertar da dominação, os dominados necessitam dominar aquilo que os dominantes dominam”. (p. 58). Por conseguinte, a BNCC aparenta manter a hegemonia tecnicista, agora oficializando o seu viés trabalhista e modelador conforme o modelo da sociedade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O documento final publicado pelo Ministério da Educação mostra o descaso com a educação física e o quanto ela ficou tangenciado na área de linguagens, atualmente, a disciplina escolar, educação física, é vista como mera formalidade dentro do desenvolvimento do educando, não sendo vista como algo sério e necessário para o desenvolvimento integral dos estudantes haja vista o pouco aprofundamento dado a ela no documento.

As avaliações de larga escala (ANA, Prova Brasil e ENEM) que preconizam o português e a matemática de maneira exacerbada, corroboram para uma avaliação equivocada e banalizada que é feita dos outros componentes curriculares.

Desse modo, constata-se que após a realização da pesquisa que a relevância é ainda maior, tendo em vista o real risco que sucede a sociedade à aplicação da BNCC junto de outros documentos educacionais, que abordam de maneira rasa a educação física dentro das disciplinas do ensino médio.

No projeto, estabeleceu-se como objetivo geral averiguar até que ponto a Base expressa os acúmulos dos debates referentes às abordagens pedagógicas da educação física no ensino médio e constatou-se a falta de diálogo para a proposição dessas políticas educacionais.

A educação física escolar já passou por diversos contextos históricos e desdobramentos, dessa forma, foi descrito as características da educação física escolar, fazendo um aparato histórico das principais abordagens e tendências da disciplina ao longo do tempo.

Ainda mais, utilizou-se das principais legislações educacionais acerca dos conteúdos e proposições acerca da educação física escolar e como ela se insere em um contexto educacional, o qual visa ao pleno desenvolvimento do educando em sua integralidade.

Além do mais, analisou-se o documento da BNCC na parte da educação física na área de linguagens principalmente no que tange a etapa do ensino médio,

ampliando a discussão junto de nove teses e dissertações acerca da produção de conhecimento sobre a Base Nacional Comum Curricular na área de educação física.

Logo, diante desses objetivos propostos, atestou-se que a educação física escolar passou por vários contextos, e sua colocação dentro das bases legais aparenta não está adequada às necessidades das demandas educacionais pela falta de diálogo nas políticas educacionais

Principalmente por causa da diferença interna na educação física em torno das diferentes proposições entre o objeto de estudo e ensino. O encobrimento das discordâncias da educação física escolar dentro da BNCC faz com que haja uma falsa ideia de acordo dentro do documento, deixando um falso aspecto de 'avanço' na área.

A pesquisa partiu da seguinte pergunta: quais são as conjunturas para a construção da BNCC da educação física para o nível básico? então, após a coleta de dados e análise das informações, concluiu-se que, a Base não faz jus a necessidade dos educandos de se desenvolver integralmente e emancipatóriamente para progredir no trabalho e prosseguir nos estudos, em razão do contexto político para a proposição dessa Base Nacional ser a de favorecer o sistema econômico vigente não-crítico quando propõe a diminuição do protagonismo de algumas disciplinas, entre elas, a educação física.

Dessa forma, as avaliações de larga escala vêm para justificar a proposição dessas novas políticas educacionais que favorecem apenas dois componentes curriculares: o português e a matemática, tornando o ensino cada vez mais técnico e menos educativo.

Para a elaboração deste trabalho, realizou-se uma revisão bibliográfica e documental com uma pesquisa básica estratégica de maneira descritiva e abordagem qualitativa utilizando-se do método hipotético-dedutivo, contudo, a falta de uma análise dos aspectos práticos dentro de sala de aula pôs limites ao melhor entendimento das nuances da Base.

Para um melhor entendimento da Base da educação física na etapa do ensino médio, recomenda-se a mudança de perspectiva para uma visão do professor quanto às dimensões: (segundo Libâneo) técnico-prática formada de metodologias, pesquisas e outras facetas práticas do trabalho do professor e teórico-científica derivada de conhecimentos de filosofia, sociologia, história da educação e pedagogia.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, Déberson Ferreira de. Base Nacional Comum Curricular: concepção do componente Educação Física para o Ensino Fundamental. 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado em Educação: Currículo) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

BETTI, M. Educação física e sociedade. São Paulo: Movimento, 1991

BRACHT, Valter; GONZÁLEZ, Fernando Jaime. Educação física escolar. In: GONZÁLEZ, Fernando Jaime; FENSTERSEIFER, Paulo Evaldo (Orgs.). Dicionário crítico de educação física. Ijuí: Unijuí, 2005, p. 150-156.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Educação Física, 3o e 4o ciclos, v.7, Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal da Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 8 de abril de 2021.

BRASIL. Presidência da República. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 15 jul. 2015.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em 08 de abril. 2021.

CALLEGARI, Cesar. Carta aos conselheiros do Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2018.

CAZUMBÁ, Elson Correia. Fundamentos teóricos metodológicos da Educação Física presentes na BNCC do Ensino Médio. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez Autores Associados, 2012.

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação –1 CNTE. ANÁLISE DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, QUE TRATA DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO. 2017.

DARIDO, Suraya C.; RANGEL, Irene C. A. Educação Física na Escola: Implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

FENSTERSEIFER, P.E.; GONZÁLEZ, F.J. Educação Física Escolar: a difícil e incontornável relação teoria e prática. Motrivivência Ano XIX, nº 28, p. 27-37 Jul./2007.

FIORAVANTE GIARETA, P. A produção de conhecimento sobre a Base Nacional Comum Curricular no Brasil: levantamento de teses, dissertações e artigos. Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa, [S. l.], v. 6, p. 1–38, 2021. DOI: 10.5212/retepe.v.6.18101.003. Disponível em: <https://www.revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/18101>. Acesso em: 23 maio. 2022.

FURTADO, Duarte. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em ciência sociais aplicadas. 1ª edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HJELMSLEV, L. Prolegômenos a uma teoria da linguagem. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos do lazer: uma introdução. Campinas, SP : Autores Associados, 1996.

Ministério da Educação e Cultura. Lei n. 9.394/1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

NEIRA, Marcos Garcia. Práticas corporais: brincadeiras, danças, lutas, esportes e ginásticas. São Paulo: Melhoramentos, 2014.

NEIRA, Marcos Garcia e JÚNIOR, Neira Marcílio Souza. A Educação Física na BNCC: procedimentos, concepções e efeitos. Motrivivência. Vol. 28, n. 48, p. 188-206, set/2016.

Marcos Garcia Neira, Incoerências e inconsistências da BNCC de Educação Física, Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Volume 40, Issue 3. mai. 2018a, Pages 215-223, Disponível

em:<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0101328918300374>

Acesso em: 28/08/2022

Plano Nacional de Educação. Lei n. 13.005, 25 jun. 2014.

SOARES, C. L. Educação Física: raízes européias e Brasil, 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SOARES, C. L. et al. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA JÚNIOR, M. et al. Coletivo de Autores: a cultura corporal em questão. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Florianópolis, abr/jun 2011. 391-411.

TANI, G. et al. Educação física escolar: fundamentos para uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo, EPU/EDUSP, 1988.